

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Iana Jessica Ximenes Paiva¹, Eliomar Araújo de Sousa², Daniele Kelly Lima de
Oliveira³

RESUMO

A relação entre educação, pobreza e desigualdade de gênero representa um dos maiores desafios para a consolidação de políticas públicas efetivas em países periféricos. Este estudo teve como objetivo analisar como as mulheres em contextos de pobreza vivenciam barreiras no acesso e permanência escolar, problematizando a influência das políticas públicas educacionais e das diretrizes de organismos internacionais nesse processo. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentou-se no materialismo histórico-dialético, que possibilita compreender a educação em sua totalidade social e como categoria vinculada às contradições de classe e de gênero. Os resultados indicam que as mulheres são as mais atingidas pelo analfabetismo, pela precarização das condições de vida e pela exclusão escolar, situação agravada pela lógica neoliberal que subordina as políticas educacionais às exigências dos organismos internacionais. Embora diretrizes internacionais apontem para a promoção da igualdade de gênero, elas frequentemente operam como mecanismos de controle social, restringindo o alcance emancipatório da educação. Conclui-se que a superação da pobreza educacional e da desigualdade de gênero exige políticas públicas estruturais e transformadoras, orientadas por uma concepção crítica e emancipatória da educação.

Palavras-chave: Educação; Pobreza; Desigualdade de gênero; Políticas públicas; Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero, associada à pobreza estrutural, permanece como um dos principais entraves ao acesso e permanência das mulheres na educação. Nos países periféricos, marcados pela dependência econômica e pela subordinação a organismos internacionais, a educação assume papel contraditório: pode ser espaço de emancipação,

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará - PPGE/UECE. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade de Quixeramobim - UNIQ. Pós-graduada em Gestão, Coordenação e Supervisão Escolar pela Faculdade de Tecnologia e Ciência do Alto Paranaíba FATAP. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2019). Membro do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). Professora efetiva da rede municipal de Sobral-CE. E-mail: ianajessica42@gmail.com

² Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutorando em Educação (PPGE/UECE). E-mail: eliomars014@gmail.com

³ Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). E-mail:

dankel28@yahoo.com.br

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

mas também de reprodução das desigualdades sociais e de gênero. Segundo dados internacionais, em 2013 um relatório da UNESCO sobre a taxa de alfabetização indicava que 64% dos adultos analfabetos eram mulheres. Após dez anos, de acordo com a PNAD Contínua de 2023, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais no Brasil foi de 5,9% para os homens e 5,4% para as mulheres. Esses dados revelam que, embora o analfabetismo ainda atinja parcela significativa da população, observa-se uma ligeira vantagem feminina no acesso à escolarização, resultado de transformações históricas no campo educacional.

Nas últimas décadas, as políticas públicas de universalização do ensino fundamental e a ampliação da presença das mulheres nos espaços escolares contribuíram para que elas apresentassem índices de alfabetização superiores aos dos homens. Contudo, a análise por faixa etária evidência que essa diferença é, em grande medida, reflexo da escolarização das gerações mais jovens, já que entre os idosos ainda persiste uma proporção maior de mulheres analfabetas, em razão da exclusão educacional que marcou as décadas passadas. Dessa forma, apesar dos avanços, o analfabetismo no Brasil mantém-se concentrado em grupos socialmente vulneráveis, sobretudo em pessoas idosas, negras, pardas e residentes nas regiões Norte e Nordeste.

Quando comparados ao cenário internacional, os dados brasileiros de 2023 evidenciam um desempenho relativamente mais favorável no que se refere à alfabetização das mulheres. Segundo a UNESCO (2023), a taxa global de alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais é de aproximadamente 90% para os homens e 83% para as mulheres, indicando que as mulheres ainda representam quase dois terços da população analfabeta no mundo. Essa disparidade é particularmente acentuada em regiões como a África Subsaariana e o Sul da Ásia, onde as desigualdades de gênero no acesso à educação permanecem estruturais.

No Brasil, ao contrário, observa-se uma inversão dessa tendência global, uma vez que as mulheres apresentam taxas de analfabetismo inferiores às dos homens, reflexo da maior inserção feminina no sistema educacional nas últimas décadas. Todavia, essa vantagem não elimina as desigualdades internas, já que o analfabetismo permanece concentrado entre mulheres idosas, negras e residentes nas regiões menos desenvolvidas,
[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

evidenciando que o país ainda enfrenta desafios para garantir equidade plena no direito à educação e enfrentam obstáculos adicionais relacionados à divisão sexual do trabalho, à maternidade e à falta de políticas de permanência escolar.

A pobreza, ao incidir de forma mais intensa sobre as mulheres, reforça ciclos de exclusão, em que a ausência de escolarização limita o acesso ao trabalho formal e à autonomia financeira, perpetuando as desigualdades. A relevância do tema justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira a educação pode contribuir para o enfrentamento da desigualdade de gênero em contextos de pobreza, sem, no entanto, desconsiderar as contradições presentes nas políticas educacionais implementadas sob a lógica neoliberal. O objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre educação, pobreza e desigualdade de gênero. Como objetivos específicos, busca-se: discutir os fatores históricos e sociais que condicionam a exclusão das mulheres da educação e apontar possibilidades de enfrentamento a partir de uma perspectiva crítica da educação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre educação, pobreza e desigualdade de gênero exige um enquadramento teórico que articule os processos históricos da dominação feminina, a função social da escola e as mediações globais que interferem na formulação de políticas educacionais. Este estudo ancora-se em três dimensões: a perspectiva marxista da categoria trabalho, as contribuições feministas e interseccionais, e a crítica às recomendações de organismos internacionais. O trabalho é compreendido como a base da existência humana e a categoria que estrutura todas as demais relações sociais (Marx, 2013). Engels (1977), ao investigar o surgimento da propriedade privada e do Estado, evidencia que a subordinação das mulheres decorre de transformações históricas que redefiniram a divisão sexual do trabalho. Com a consolidação do patriarcado e da lógica de herança, o espaço da mulher foi reduzido ao âmbito doméstico, restringindo sua participação na vida pública e no acesso ao conhecimento.

Autoras contemporâneas como Federici (2017) ampliam essa análise ao destacar o papel do trabalho reprodutivo — invisibilizado e não remunerado — para a sustentação do capitalismo. O cuidado com os filhos, a manutenção da casa e a reprodução da força

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

de trabalho constituem atividades fundamentais para o sistema, mas que permanecem socialmente desvalorizadas. Essa marginalização impacta diretamente a relação das mulheres com a escolarização, uma vez que o tempo dedicado ao cuidado familiar muitas vezes inviabiliza a permanência nos estudos. A escola, entendida como instituição social, é atravessada pelas contradições da sociedade de classes. Saviani (2010; 2020) ressalta que a educação pode tanto reforçar as desigualdades estruturais quanto atuar como instrumento de emancipação, a depender do projeto político-pedagógico que a orienta.

Nesse debate, a categoria de interseccionalidade torna-se fundamental para compreender como gênero, classe e raça se entrelaçam na produção das desigualdades educacionais. Saffioti (2013) já apontava que a opressão das mulheres não pode ser explicada apenas pelas diferenças sexuais, mas deve ser analisada em sua articulação com a exploração econômica e com as hierarquias raciais. Angela Davis (2016) reforça essa perspectiva ao demonstrar que mulheres negras, historicamente, enfrentaram condições ainda mais desiguais no acesso ao trabalho e à educação, acumulando múltiplas formas de exclusão.

Bell Hooks (2019) também contribui ao enfatizar a educação como prática de liberdade. Para a autora, é preciso construir espaços educativos capazes de questionar o patriarcado, o racismo e o capitalismo de forma integrada, criando possibilidades de resistência e transformação. No cenário contemporâneo, a agenda internacional de desenvolvimento atribui à educação papel central na superação da pobreza e da desigualdade de gênero. Iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, incluem entre suas metas a promoção da igualdade de gênero e a universalização do acesso à educação básica. Organismos como UNESCO, UNICEF e Banco Mundial elaboram relatórios e diretrizes que orientam a formulação de políticas educacionais nos países periféricos.

Entretanto, estudiosos como Gentili (2001) e Leher (2008) problematizam essa atuação. Para eles, a lógica que estrutura as recomendações internacionais é predominantemente neoliberal, baseada em metas quantitativas, avaliações padronizadas e gestão por resultados. Assim, ainda que o discurso aponte para a inclusão das mulheres,
[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

as ações práticas frequentemente limitam-se à expansão do acesso, sem garantir condições de permanência e qualidade do ensino. Além disso, a dependência financeira dos países pobres em relação a empréstimos e financiamentos condiciona a adoção dessas diretrizes, transformando a educação em mercadoria e restringindo sua função emancipatória. Nessa perspectiva, políticas voltadas para mulheres tornam-se mais um mecanismo de controle social do que de emancipação efetiva.

O referencial adotado neste estudo permite compreender que a exclusão das mulheres da educação não é um fenômeno isolado, mas resultado de processos históricos de exploração, reforçados pela lógica capitalista e pelas contradições do patriarcado. A escola, embora possa ser espaço de resistência, ainda está imersa em um contexto que tende a reproduzir desigualdades. Somente uma abordagem crítica, que articule gênero, classe e raça, pode apontar caminhos para que a educação seja, de fato, instrumento de transformação social.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada caracteriza-se como um levantamento teórico bibliográfico, fundamentado no materialismo histórico-dialético, com ênfase na análise da totalidade social e das contradições que envolvem a educação, e nos debates e estudos realizados no grupo de Pesquisa e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR).

O grupo acima citado é sediado na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Pautamos-nos nas leituras bibliográficas a partir de pesquisadores que são referência nesta temática como Angela Davis, Friedrich Engels, Silvia Federici, Pablo Gentili, Roberto Leher, Karl Marx, Heleieth Saffioti, Dermeval Saviani.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e da literatura evidencia que a pobreza e a desigualdade de gênero permanecem como barreiras estruturais para a efetivação do direito à educação em países periféricos, especialmente no Brasil. Embora as últimas décadas tenham sido marcadas por políticas públicas de expansão da matrícula escolar e por compromissos [Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

internacionais assumidos em organismos multilaterais, o quadro atual revela contradições que dificultam o acesso universal, a permanência e a qualidade do ensino para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A pobreza constitui o fator mais determinante na exclusão escolar. Crianças e adolescentes oriundos de famílias de baixa renda enfrentam limitações que vão além da falta de recursos materiais, alcançando também aspectos subjetivos e simbólicos de sua trajetória. Em contextos de vulnerabilidade, a ausência de alimentação adequada, a precariedade da moradia e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho contribuem para que meninas abandonem a escola antes de concluir a educação básica.

Outro ponto relevante é a sobrecarga de responsabilidades domésticas. Em lares pobres, especialmente chefiados por mulheres, é comum que meninas assumam tarefas de cuidado com irmãos mais novos ou idosos, reduzindo o tempo dedicado aos estudos. Essa dupla pressão – trabalho reprodutivo e desigualdade econômica – aprofunda as disparidades educacionais entre os gêneros. As estatísticas mais recentes apontam que, embora a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental seja elevada, a evasão no ensino médio continua associada ao pertencimento de classe e ao gênero. Meninas de áreas rurais e comunidades periféricas enfrentam os maiores índices de interrupção escolar, revelando que a pobreza atua de modo interseccional, atingindo de maneira diferenciada grupos sociais já marginalizados. Mesmo quando as meninas conseguem acessar a escola, a desigualdade de gênero se expressa em múltiplas formas. Um dos fatores recorrentes é a expectativa cultural de que o papel da mulher está restrito ao ambiente doméstico, o que reduz a valorização de sua trajetória educacional. Essa lógica patriarcal ainda influencia escolhas profissionais e áreas de estudo, produzindo segregação ocupacional: meninas são estimuladas a seguir cursos ligados ao cuidado (educação, enfermagem, assistência social), enquanto os meninos recebem maior incentivo nas ciências exatas e tecnológicas.

Outro aspecto é a violência simbólica e institucional presente nos espaços escolares. Muitas alunas relatam experiências de discriminação de gênero, racismo e assédio, o que afeta sua permanência e rendimento escolar. Em regiões onde a gravidez na adolescência é frequente, observa-se também o abandono precoce da escola, uma vez

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

que a falta de políticas de acolhimento às mães adolescentes inviabiliza a continuidade dos estudos. É importante destacar que, embora as estatísticas nacionais mostrem que as mulheres têm maiores taxas de conclusão do ensino superior do que os homens, essa conquista não se traduz em igualdade no mercado de trabalho. Persistem as diferenças salariais, a dificuldade de inserção em cargos de liderança e a maior instabilidade laboral para as mulheres, especialmente as negras e periféricas. Isso demonstra que a desigualdade de gênero não se encerra na escola, mas acompanha as mulheres em toda a vida social. As políticas educacionais desenvolvidas nas últimas décadas buscaram responder às demandas de inclusão social, mas ainda não conseguiram eliminar as disparidades entre homens e mulheres em situação de pobreza. Programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar tiveram impactos positivos ao reduzir a evasão escolar, especialmente entre meninas de famílias pobres, ao condicionarem benefícios à frequência escolar. No entanto, esses avanços não foram suficientes para alterar de modo estrutural o ciclo de reprodução da pobreza.

No campo da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) incorporaram metas de universalização do acesso e promoção da equidade. Contudo, a análise das metas mostra que a implementação encontra entraves financeiros, políticos e ideológicos, que limitam a transformação da realidade.

Outro ponto de destaque é a ausência de políticas consistentes de enfrentamento à violência de gênero dentro e fora do ambiente escolar. Embora existam diretrizes para promover a igualdade de gênero na educação, sua aplicação é frequentemente fragilizada por resistências culturais e políticas conservadoras que rejeitam a abordagem de temas como sexualidade, diversidade e direitos das mulheres no currículo escolar. A influência de organismos internacionais como ONU, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial tem sido significativa na formulação de políticas educacionais voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades de gênero. A Agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destaca especificamente o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 5 (igualdade de gênero) como metas globais.

Essas diretrizes exercem pressão sobre países em desenvolvimento para ampliar a

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

escolarização das meninas, mas muitas vezes funcionam mais como metas formais do que como mudanças estruturais efetivas. A crítica que emerge é que tais organismos, ao mesmo tempo em que financiam políticas sociais, também condicionam esses investimentos à adoção de medidas alinhadas à lógica neoliberal, como privatizações, avaliação em larga escala e redução do papel do Estado.

Assim, a presença dos organismos internacionais se apresenta como ambivalente: por um lado, estimula políticas de equidade e garante visibilidade à problemática da desigualdade de gênero; por outro, reforça mecanismos de controle e dependência econômica dos países pobres. A pandemia de COVID-19 evidenciou de forma ainda mais contundente a relação entre pobreza, gênero e educação. Durante o período de suspensão das aulas presenciais, milhões de meninas foram afastadas da escola sem condições de acesso adequado ao ensino remoto. A falta de internet, de equipamentos tecnológicos e de espaço adequado para estudar atingiu sobretudo estudantes de famílias pobres.

Para as meninas, a situação foi agravada pela intensificação das tarefas domésticas e pelo aumento da violência de gênero nos lares, conforme apontado em relatórios de organismos internacionais. Em algumas regiões, a interrupção escolar se tornou definitiva, com o crescimento da evasão e o aumento de casos de gravidez precoce. Esses retrocessos evidenciam que as desigualdades educacionais não são fenômenos isolados, mas parte de um sistema estrutural que combina pobreza, patriarcado e capitalismo. Portanto, os resultados demonstram que a educação, embora central na redução das desigualdades, só pode alcançar sua função emancipatória se articulada a políticas intersetoriais de combate à pobreza e de promoção da equidade de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender que a educação, apesar de seu caráter transformador e emancipatório, não se efetiva de forma plena em contextos atravessados pela pobreza e pela desigualdade de gênero. Os resultados mostraram que meninas e mulheres permanecem entre os grupos mais vulneráveis quando se trata de acesso, permanência e sucesso escolar, evidenciando que a educação, sozinha, não é capaz de romper com os ciclos de exclusão social.

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

Constatou-se que a pobreza atua como barreira estrutural, limitando as condições materiais necessárias para a continuidade dos estudos. A precariedade da alimentação, a falta de transporte adequado, a ausência de recursos pedagógicos e a necessidade de trabalho precoce contribuem para a evasão escolar feminina, sobretudo em regiões periféricas e rurais. Paralelamente, a desigualdade de gênero se reproduz no cotidiano das escolas, impondo sobre as meninas a sobrecarga do trabalho doméstico e perpetuando estereótipos que restringem suas escolhas educacionais e profissionais. Outro achado relevante refere-se às políticas públicas, que apesar de avanços pontuais — como programas de assistência condicionada à matrícula escolar — ainda não conseguem alterar de forma substantiva as estruturas que mantêm a desigualdade. As metas de equidade, inscritas em legislações e planos nacionais, encontram obstáculos na falta de financiamento adequado, na fragmentação das ações governamentais e nas resistências culturais à inclusão de uma perspectiva de gênero no currículo.

A influência dos organismos internacionais foi identificada como um elemento ambíguo. Por um lado, contribuem para a visibilidade global da agenda de igualdade de gênero e para a mobilização de recursos em políticas educacionais inclusivas. Por outro, condicionam tais políticas a lógicas de mercado e a modelos de gestão alinhados ao neoliberalismo, o que enfraquece o papel do Estado como garantidor de direitos sociais. Essa contradição revela que a emancipação feminina no campo educacional não pode ser pensada apenas a partir de metas externas, mas exige protagonismo local, político e social na formulação de políticas públicas.

A pandemia de COVID-19 reforçou a vulnerabilidade das meninas em situação de pobreza, ampliando índices de evasão, gravidez precoce e violência de gênero. Esse contexto de crise demonstrou que as conquistas educacionais podem sofrer retrocessos significativos diante da ausência de políticas emergenciais voltadas especificamente para a permanência escolar feminina. Diante desse cenário, conclui-se que a educação precisa ser entendida como parte de um conjunto de políticas intersetoriais.

O combate à desigualdade de gênero e à pobreza deve articular educação, saúde, assistência social, segurança alimentar, geração de renda e proteção à infância e adolescência. A centralidade da escola como espaço de inclusão deve ser acompanhada [Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

por medidas concretas de apoio às famílias e de valorização das trajetórias femininas em todos os níveis de ensino. Além disso, é fundamental que a agenda da igualdade de gênero seja incorporada de maneira efetiva aos currículos escolares, rompendo com visões conservadoras que buscam silenciar debates sobre diversidade, direitos das mulheres e cidadania. Uma educação que pretenda ser emancipatória deve ser capaz de problematizar estereótipos, desconstruir relações de poder patriarcais e oferecer às meninas e mulheres condições de protagonizar suas histórias.

Em termos de perspectivas futuras, recomenda-se o fortalecimento de pesquisas empíricas que investiguem experiências locais e comunitárias de combate às desigualdades, de modo a subsidiar políticas mais contextualizadas e eficazes. Da mesma forma, torna-se urgente ampliar os espaços de diálogo entre Estado, sociedade civil e movimentos de mulheres, para que as políticas educacionais deixem de ser apenas instrumentos de gestão técnica e passem a constituir verdadeiras estratégias de transformação social.

Em síntese, este estudo reafirma que a educação é um direito fundamental e estratégico para o desenvolvimento humano, mas que sua capacidade de transformação depende da superação dos entraves impostos pela pobreza e pelas desigualdades de gênero. Somente a partir de uma articulação ampla entre políticas públicas, participação social e compromisso político será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de garantir às mulheres condições plenas de igualdade e emancipação.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

[Digite aqui]

CONBEGSC

Congresso Brasileiro de
Educação, Gênero e
Subjetividades Contemporâneas



CONBEGSC - 2025

24, 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2025

SOBRAL – CE

Para além dos grandes centros: Gênero,
Educação e Interseccionalidades
pensadas a partir do Interior do Brasil

LEHER, Roberto; BARRETO, Raquel Goulart. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p. 417–438, set./dez. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.